

# ESTUDO DE CASO: COMO A GESTÃO PÚBLICA INFLUENCIA NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DA ADR DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Márcia Andréia Correia Herbert <sup>1</sup>

Loraine Gomes Rodrigues<sup>2</sup>

## RESUMO

O estudo objetivou conhecer o perfil dos gestores públicos dos municípios pertencentes a ADR de São Miguel do Oeste, sendo: São Miguel do Oeste, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Guaraciaba e Paraíso, nos últimos 4 mandatos e sua relação com o grau de desenvolvimento dos municípios. A fundamentação teórica abordou a administração pública, a gestão pública e o gestor público. No método de pesquisa, o estudo caracteriza-se como qualitativo e quantitativo. Quanto aos objetivos foi do tipo descritivo e quanto aos procedimentos, realizou-se um levantamento. A coleta de dados foi do tipo bibliográfico e documental. Os principais resultados evidenciam que o *perfil* dos gestores públicos é formado por: idade variando entre 46 e 72 anos; grau de instrução mais frequente o ensino fundamental incompleto, o ensino médio completo e o ensino superior completo; predominando a profissão de agricultor, sendo que alguns tinham vínculo na gestão pública por meio de secretarias municipais ou estaduais. A análise dos *índices de desenvolvimento humano* – IDH nas dimensões de renda, longevidade e educação, indicam que os municípios tiveram um salto considerável entre 1991, 2000 e 2010, promovendo uma melhor qualidade de vida e acesso à educação. Sobre a *população total, por gênero e área rural/urbana*, há a predominância da população na zona rural e do gênero masculino. Conclui-se que a longevidade é a razão mais plausível para alavancar o desenvolvimento de cada Município. Todavia, é de grande importância, a valorização da educação, uma vez que é por meio do acesso ao ensino de qualidade, juntamente com um contexto econômico e social, que se poderá criar políticas públicas e serviços destinados para a sociedade.

Palavras-chave: Gestão pública. Gestores públicos. Desenvolvimento municipal.

## 1 INTRODUÇÃO

Como sabido, para um município se desenvolver, é de suma importância que seja estrategicamente planejado. Fazendo-se um diagnóstico inicial, pautando os problemas encontrados, em prol, das necessidades dos munícipes, a fim de elaborar um planejamento preciso e coerente, o qual atinja os objetivos almejados.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Desenvolvimento Regional Sustentável, Universidade do Oeste de Santa Catarina-UNOESC, Campus de São Miguel do Oeste, São Miguel do Oeste/SC, Brasil.

<sup>2</sup> Professora Orientadora do Curso de Desenvolvimento Regional Sustentável, Universidade do Oeste de Santa Catarina-UNOESC, Campus de São Miguel do Oeste, São Miguel do Oeste/SC, Brasil.

Contudo, para se realizar um bom planejamento, é preciso ter agentes capazes de planejar, administrar e executar as rotas traçadas para o desenvolvimento. Requerendo um comprometimento de todos os atores envolvidos. Em especial, dos agentes públicos, eleitos pela soberania do povo, os quais envolvem diretamente os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores.

Assim, o tema principal de estudo, envolveu como o gestor público influencia no desenvolvimento do município, que diante das responsabilidades assumidas, pode-se verificar se a formação técnica e prática destes, em especial dos prefeitos e vice-prefeitos, são norteadores de todas as ações municipais ou governamentais bem sucedidas, influenciando diretamente no desenvolvimento de uma sociedade.

Diante da importância dos gestores públicos, na figura os prefeitos e vice-prefeitos, para o desenvolvimento municipal, a questão de pesquisa que norteou o estudo foi: Qual o perfil dos gestores públicos (prefeitos e vice-prefeitos) dos municípios da ADR de São Miguel do Oeste, dos últimos 4 mandatos e sua relação com o grau de desenvolvimento dos municípios?

Assim, com intuito de conhecer o perfil dos gestores públicos (prefeitos e vice-prefeitos) dos municípios da ADR de São Miguel do Oeste, dos últimos 4 mandatos e sua relação com o grau de desenvolvimento dos municípios, definiu-se como objetivos específicos: Realizar estudos teóricos sobre o tema; Verificar as principais características de um gestor público; Relacionar os municípios que fazem parte da ADR de São Miguel do Oeste; Caracterizar os municípios em estudo; Buscar os índices de desenvolvimento (IDH) de cada município no período em estudo; Identificar os gestores (prefeitos e vice-prefeitos) dos municípios da ADR de São Miguel do Oeste, nos últimos 4 mandatos; Conhecer o perfil dos gestores públicos dos municípios no período de estudo; e Estabelecer relação entre o perfil dos gestores públicos e o grau de desenvolvimento dos municípios estudados.

O estudo, além do presente capítulo, conta com a Fundamentação Teórica, a Metodologia, Apresentação dos Resultados e por fim, a conclusão do estudo.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O presente capítulo trata do estudo teórico realizado sobre o tema e encontra-se subdividido em Administração pública, Gestão pública, Gestor público e, desenvolvimento regional.

## 2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Inicialmente, se faz necessário, entender o que é Administração Pública, nesse sentido, Meirelles (2003, p. 63) afirma que:

Em sentido formal, a Administração Pública, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços do próprio Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade. Numa visão global, a Administração Pública é, pois, todo o aparelhamento do Estado preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas.

A Administração Pública pode ser classificada como direta ou indireta. A direta é mais ampla, composta por órgãos públicos, com ligação direta ao poder central, federal, estadual ou municipal. Na indireta, a atividade do estado é entregue a uma pessoa jurídica, como exemplos tem-se, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundações, as quais foram surgindo diante do próprio aumento dos serviços prestados pelo estado. (CARDOZO, 1999).

A Constituição Federal de 1988 destaca, no art. 37, *caput*, os princípios que devem reger a Administração Pública, e que devem ser observados pelos seus gestores: “Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]” (BRASIL, 1988). Neste sentido, o Estado, a fim de atingir seus objetivos, passou a realizar métodos administrativos, criando assim, modelos de Gestão Pública.

## 2.2 GESTÃO PÚBLICA

De acordo com Silva (2013), a administração Pública pode ser entendida como um conjunto de órgãos e de servidores que, mantidos com recursos públicos, são encarregados de decidir e implementar as normas necessárias ao bem-estar social e das ações necessárias à gestão da coisa pública. O autor classifica a Gestão Pública em três modelos administrativos, sendo, a gestão pública patrimonial, a burocrática e a gerencial, cada uma, com características distintas.

A administração patrimonial para Silva (2013) foi uma característica advinda dos Estados Absolutistas Europeus no século XVIII, onde, os servidores recebiam do governo esse título por serem nobres. Na época, o governo considerava o Estado como seu patrimônio, criando então, uma confusão entre patrimônio público e privado. Período esse, marcado pela corrupção e nepotismo, a qual a administração patrimonial se tornou ineficiente e inaceitável.

Paula (2005 apud LICÓRIO et al, 2015) reforça a confusão existente entre o que era público e do que era privado, ao afirmar que, no modelo patrimonialista, que vigorou no país desde o período colonial até a República velha nos anos 30, existia a realização do interesse pessoal ao invés do interesse público. Quem detinha cargo público eram os amigos, parentes e bajuladores de quem estava governando, não existiam critérios para obtenção do cargo público, levando ao nepotismo e a corrupção - essa personalidade do patrimonialismo está penetrada, lamentavelmente, até hoje na gestão pública.

Já, a administração pública burocrática surgiu no século XIX, junto com o capitalismo industrial, com a necessidade de saber o que era Estado e Mercado, bem como ao surgimento da democracia, da qual só faziam parte os que pudessem distinguir Sociedade e Estado. Portanto, com a necessidade de separar o setor público do privado, adotou-se a administração burocrática, censurando a corrupção e o nepotismo. (SILVA, 2013).

Foi por meio do modelo de administração pública burocrática, conforme mostra Silva (2013), que surgiu os primeiros princípios que nortearam o Poder Público, sendo: a impessoalidade, a hierarquia funcional, ideia de carreira pública e profissionalização do servidor, passando a burocratizar todos os processos, especialmente, na contratação de servidores, serviços e produtos, bem como no atendimento a população.

O modelo burocrático é baseado na teoria de Max Weber onde existe a meritocracia. Para obtenção de ascensão é necessário merecer, atingir as metas e os resultados esperados. Nesse modelo, o que fica claro é a separação do que é público e o que é privado, visto que no modelo anterior era bastante confuso, e o Estado era tido como propriedade do seu governante. Ou seja, o modelo burocrático visa o cumprimento de procedimentos, não se firmando no princípio da eficácia, mas tão somente em cumprir as normas, independentemente do tempo que as leve para que sejam finalizadas, fazendo que a realização das normas seja mais importante que

atingir os objetivos. Por outro lado, há vantagens, como a impessoalidade nas relações, formalidade nas comunicações e hierarquia de autoridade. (PEREIRA, 2006 apud LICÓRIO et al, 2015).

A administração pública burocrática foi adotada pela Constituição Federal de 1988 e todo sistema do direito administrativo brasileiro, com pauta na formalidade e rigidez dos procedimentos realizados pelo poder público, acreditando na eficiência do estado democrático de direito. Contudo, com os entraves e aumento dos serviços prestados pelo poder público, passou-se a não garantir agilidade, qualidade e baixo custo na prestação dos serviços, resultando em uma administração cara e protelatória, tornando-se ineficiente. Por essa razão, o Estado passou a adotar o modelo de administração gerencial ou gestão pública. (SILVA, 2013).

Os primeiros movimentos em prol de um modelo gerencial ocorreram ainda dentro do modelo burocrático, com o advento do Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, onde fora flexibilizado a administração pública, antes rígida no modelo patrimonialista. Houve uma descentralização das atividades, passando a autonomia para a administração indireta: autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista, como já ocorrem nos dias atuais. (PEREIRA, 2006 apud LICÓRIO et al, 2015).

### **2.2.1 Administração gerencial ou gestão pública**

A administração gerencial ou gestão pública surgiu no século XX, dando ao Estado a obrigação de reconstruir suas bases no âmbito da política, economia e sociedade, desencadeando, o surgimento do Estado Social de Direito, com o dever de dar acesso para a população à educação, à saúde, à proteção, à velhice e à invalidez. (SILVA, 2013).

De acordo com Licório et al (2015), a Nova Gestão Pública (NGP), também conhecida por administração gerencial, compreende um sistema de gestão específica que visa à qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos, por meio de controle de desempenho individual e do setor. Afirma a autora que, nesse processo e no contexto de gestão pública, é fundamental o respeito aos princípios da Administração Pública – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência – correlacionados a uma gestão flexível com foco em resultados e, primordialmente à satisfação da sociedade. Nesse modelo, implementado com a

Reforma do Estado nos anos de 1990, o cidadão passa a ser chamado de cliente-cidadão, ou seja, ele é orientado para a satisfação do cidadão e para os resultados, partindo do pressuposto de que políticos e funcionários, detenham um elevado grau de confiança. (LICÓRIO et al, 2015).

A Nova Gestão Pública – NGP tem na administração gerencial, a visão de uma administração moderna com foco no atendimento de necessidades social, o que transpassa necessariamente por servidores imbuídos no processo de atender bem, desenvolver suas funções com qualificação, entretanto, a administração gerencial, como modelo de administração pública em vigência no país, é considerada ainda em processo de maturação, e os reflexos poderão ser sentidos no futuro, eis que ainda se têm enraizado e em atuação conjunta à administração gerencial os modelos Patrimonialista e Burocrático, que acabam por dar aspectos pessoais e morosos à Nova Gestão Pública implementada. (LICÓRIO et al, 2015).

### 2.3 GESTOR PÚBLICO

O papel do administrador público, na evolução política/administrativa histórica brasileira, sempre apresentou extrema relevância para o cenário socioeconômico, apesar dos regimes e métodos de gestão adotados ao longo dos anos. Porém, em momento algum o papel do gestor público deixou de estar vinculado à participação da sociedade, à boa-governança e à ética. (ALBARELLO, 2006).

A visão do administrador público se concentra na qualidade da prestação de serviços, sendo que os objetivos e respectivos resultados devem estar relacionados aos interesses sociais, afirma Albarello (2006). A autora entende que o gestor público deve apresentar um perfil não apenas objetivo, mas também subjetivo - que se volte ao social, à cidadania, e deve abranger conhecimentos acerca do direito administrativo e representação diante de contatos políticos administrativos. Também é importante a visão global de gestão, para estabelecer estratégias, firmar parcerias com os demais setores, despertar a participação e estabelecer uma sistemática interação entre planos, metas padrões, orçamento anual e plano plurianual, contemplando projetos, programas e ações que gerem desenvolvimento socioeconômico e ambiental, obedecendo aos princípios da boa governança.

As práticas políticas devem evoluir, afirma Albarello (2006), os gestores públicos possuem a responsabilidade pelo processo de evolução, ou mesmo,

revolução na gestão pública, pois o processo de mudança implica tanto na reorganização institucional/organizacional, quanto na quebra de paradigmas culturais do próprio cenário público, político e social. Mas para que haja tais mudanças, o processo deve ser amparado pelo cumprimento das leis. A gestão pública não pode ser comparada à gestão privada, pois apresenta particularidades, mas toda a ciência administrativa parte do pressuposto de que, para ser eficaz torna-se necessário considerar os métodos de planejamento, direção, controle e avaliação. Esta prática precisa ser difundida e utilizada pelos gestores públicos para otimizar os recursos, em busca de resultados satisfatórios, maior qualidade na prestação dos serviços e maximização dos benefícios sociais.

O gestor público deve ser um agente catalisador de inovações transformadoras, seja em métodos e práticas administrativas, ou no processo de firmar parcerias com todos os setores e atores sociais, para implementar estratégias e melhorias contínuas, que se traduzam em desenvolvimento sustentável, dentro e além de sua governança. Entretanto, acima de qualquer método e estratégia de gestão, o que torna um gestor público um profissional capacitado, comprometido e acreditado, está a ética. Se o gestor público seguir os princípios da ética, certamente estará atento à capacitação, à concretização de metas e desempenho satisfatório em prol da coletividade, à incorporação da inovação, ao estabelecimento de parcerias e definição de estratégias duradoras, enfim, à busca pelo desenvolvimento sustentável. Sem a disciplina e seriedade da conduta ética, nenhum esforço é mérito. (ALBARELLO, 2006).

### **2.3.1 Liderança na gestão pública**

A administração gerencial, deriva na formação de profissionais que pensem como lideranças capazes de perceber problemas, buscar recursos, criar soluções e estabelecer redes sociais, ou seja, requer um perfil mais gerencial, mais politizado e menos tecnocrático diferenciando-se, assim, do administrador público tradicional. (FONSECA, 2008 apud OLIVEIRA; SANT'ANNA; VAZ, 2010).

Para Oliveira, Sant'Anna e Vaz (2010), um traço parece caracterizar a gestão pública brasileira contemporânea, a adoção de conceitos, discursos e práticas gerenciais típicas do mundo corporativo. Nesse sentido, criatividade, postura empreendedora, inovação gerencial, gestão por resultados, contratos de gestão, gestão por competências são alguns dos termos e expressões que, paulatinamente,

aderem ao vocabulário cotidiano das diversas instâncias da gestão pública nacional. As instituições públicas cada vez mais aderirem à lógica de mercado, considerando o cidadão como cliente e adotando novas políticas e práticas de gestão, conforme disseminadas na esfera privada. Mesmo sabendo que o objetivo das organizações vinculadas ao estado não deveria ser o lucro, demanda-se maior eficiência e transparência quanto ao valor que, efetivamente, agregam à sociedade.

Nesse sentido, as organizações públicas se veem pressionadas a reverem suas estruturas e dinâmicas de funcionamento, a fim de otimizarem seus processos e rotinas, assegurando melhor desempenho e resultados mais efetivos. (PABLO et al., 2007 apud OLIVEIRA; SANT'ANNA; VAZ, 2010).

Farias Filho e Miranda (2016) afirmam ser fato que as organizações públicas são diferentes das organizações privadas, uma vez que estão submetidas a um campo político difuso, muitas vezes complexo e a controles mais jurídicos e políticos do que técnicos e administrativos.

Enquanto líderes das organizações públicas estão imersos em uma infinidade de objetivos, com diferentes racionalidades e interesses políticos diversos, os líderes das organizações privadas trabalham com objetivos mais transparentes, voltados para os resultados em forma de lucro, com maior facilidade de mensuração. A necessidade de legitimação e o nível de institucionalização da organização, onde o líder atua, são fatores importantes a considerar para uma visão mais precisa da liderança, dada a variação de posições e diferenças entre as organizações públicas. (FARIAS FILHO; MIRANDA, 2016).

De outro lado Bresser Pereira (2003) e Rezende (2004), citados Farias Filho e Miranda (2016) evidenciam um mesmo aspecto central para a compreensão dos problemas da gestão estatal: auto interesse aliado à incompetência técnica, reformas malconduzidas e ineficiência gerada pela rigidez dos procedimentos. Aliado a estes fatores estão o ambiente político impróprio e a cultura organizacional.

Resultado de uma pesquisa realizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, em 2002 (BRASIL, 2002 apud FARIAS FILHO; MIRANDA, 2016), sobre a temática da liderança no setor público a partir das experiências práticas de países membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, revelou que muitos países têm conferido alta prioridade ao assunto ao longo dos últimos anos, especialmente por quatro motivos: um ambiente que requer um novo estilo de liderança, com pessoas que pensem e



ajam de modo global e local; liderança com percepção sobre o comando e o controle, com papéis bem distintos entre líderes e liderados; liderança mais voltada aos atributos relacionados à integridade, visão, capacidade de discernimento e de inspirar os outros e coragem para inovar; uma nova liderança que envolve todos os níveis da organização, diferente dos modelos tradicionais em que os líderes eram tratados como pessoas raras que estavam em posições superiores.

Resultados de estudos de Hooijberg e Choi (2001 apud OLIVEIRA; SANT'ANNA; VAZ, 2010), indicam que, em comparação com agentes privados, os gestores públicos percebem menor associação entre liderança orientada a tarefas e eficácia. Para eles, a eficácia apresentou-se mais associada a estilos de liderança de monitoração/facilitação.

De forma semelhante, Pablo et al. (2007 apud OLIVEIRA; SANT'ANNA; VAZ, 2010), também destacam o enfoque das organizações do Estado como mais amplamente baseado em seu ambiente interno. Na visão desses autores, isso é fruto da necessidade de atendimento às demandas de públicos específicos, não raro bastante corporativistas, e da ausência do pressuposto do lucro. Tal aspecto estaria, ainda, acompanhado pelo fato de que, especialmente na esfera pública, o desempenho é influenciado por múltiplas ações individuais, nem sempre formalmente coordenado.

Esses autores observam que é esperado das lideranças, criarem oportunidades para que as pessoas adotem posturas mais proativas e realizem iniciativas em prol do desenvolvimento organizacional. De acordo com Pablo et al. (2007 apud OLIVEIRA; SANT'ANNA; VAZ, 2010), soma-se a isso a importância de encorajarem ações que estimulem relacionamentos de confiança, suportando as iniciativas individuais. Pesquisa conduzida por Saraiva Silva (2002 apud OLIVEIRA; SANT'ANNA; VAZ, 2010), contribui com outras importantes reflexões sobre aspectos da liderança em tal contexto. Buscando investigar relações entre o ambiente burocrático de uma organização pública e sua cultura organizacional, o autor destaca a rigidez burocrática como fator crítico de desajuste e conflito. Além disso, na medida em que muito dependentes de normas e tendendo a processos de acomodação de interesses, os líderes e liderados acabavam por vivenciar inúmeros sentimentos negativos, tais como desestímulo, instabilidade e resistência a mudanças, com fortes implicações sobre a ambiência organizacional.

Os resultados de estudos realizados por Oliveira, Sant'Anna e Vaz (2010) permitiu identificar competências individuais associadas ao gestor e líder do setor público, possibilitando, algumas análises comparativas. Segundo os autores, entre as competências requeridas aos gestores públicos, face às demandas do contexto da nova administração pública, destacam-se: conhecimento da máquina pública, conhecimento jurídico, capacidade de promover o envolvimento da sociedade, capacidade de lidar com o público, objetividade, orientação para resultados, perspectiva global, relacionamento interpessoal e visão sistêmica. No que se refere ao “líder eficaz”, requer-se atributos de competência: capacidade de comunicação, capacidade de lidar com os liderados, legitimidade, bom-senso, capacidade de agregação, disciplina, visão sistêmica e espírito de corpo (*esprit de corps*).

As competências de liderança sugerem uma perspectiva mais articuladora das competências e recursos internos, assim como capacidade de atribuir aos liderados maior significado e relevância de seus papéis. Chama a atenção, no entanto, a ausência de menção a fatores éticos e àqueles associados à dimensão da sustentabilidade. Tais achados revelam, no entanto, mudanças no perfil da gestão e das competências requeridas às lideranças do setor, de forma especial, aquelas que se reconhecem e/ou são apontadas como mais modernas. (OLIVEIRA; SANT'ANNA; VAZ, 2010).

## 2.4 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Crescimento e desenvolvimento econômico foram considerados sinônimos até a II Guerra Mundial. A reconstrução dos países atingidos pela guerra, juntamente com a política do *Welfare State* (estado do bem-estar) propiciaram a distinção desses termos: crescimento econômico passou a ser entendido como aumento na renda per capita do país, enquanto o desenvolvimento econômico passou a ser visto como melhoria da qualidade de vida da população em geral. (MADUREIRA, 2015).

Ao se pensar em desenvolvimento de uma região em particular, deve-se considerar o conceito de desenvolvimento regional. As principais teorias que abordam esse tema embasam-se na industrialização como o meio para atingi-lo, através de relações em cadeia, visando impulsionar as principais atividades econômicas da região atingida. (CAVALCANTE, 2008 apud MADUREIRA, 2015).

O desenvolvimento econômico pode ser caracterizado por um aumento, não só quantitativo, como também qualitativo, em função da participação harmônica de todos os fatores de produção, consubstanciado por um processo de transformação social, com o progressivo deslocamento da mão-de-obra do setor primário para o setor secundário e para o setor terciário, expresso, por exemplo, pelo crescimento do PIB, com minimização das disparidades de renda, a nível pessoal, regional e setorial. (COIMBRA, 2014).

Segundo Fochezatto (2010), atualmente, as abordagens podem ser caracterizadas como sendo do tipo mesoeconômicas, cujo foco são a região e o seu potencial competitivo em um ambiente cada vez mais integrado com outras regiões e países, de forma a promover a aglomeração de arranjos produtivos locais, bem como ambientes inovadores, formando os distritos industriais.

As teorias mais citadas pela literatura quando se aborda o desenvolvimento regional são, “polos de crescimento” de Perroux (1955), “causação circular e cumulativa” de Myrdal (1957) e os “efeitos para trás e para frente” de Hirschman (1958). O processo de desenvolvimento regional nessas teorias, de forma genérica, seria melhor quanto maiores fossem os efeitos positivos resultantes desse processo. Dentre esses efeitos, podem ser destacados os relacionados ao efeito multiplicador de renda e de consumo, o multiplicador de demanda setorial e em cadeia, tanto vertical como horizontalmente das principais opções produtivas regionais. Devem-se ressaltar os efeitos positivos advindos da própria aglomeração industrial: como a minimização de custos de transporte, exploração das infraestruturas econômicas e sociais, exploração da demanda produzida pelo aumento do emprego e do multiplicador de renda, dentre outros efeitos. (ALVES; COSTA, 2013).

As teorias mais recentes em desenvolvimento regional esforçam-se para incorporar modelos e abordagens que possam dar conta dos novos padrões de produção baseados na automação integrada flexível e dos movimentos de abertura comercial e desregulamentação econômica. As economias regionais são mais abertas ao comércio do que as economias nacionais, assim como a mobilidade dos fatores são maiores entre as regiões do que entre as nações.

De acordo com Camagni (2002 apud ALVES; COSTA, 2013), são fatores estratégicos para o sucesso regional em um mundo globalizado e competitivo, as vantagens específicas estrategicamente criadas pelas empresas individuais, as sinergias territoriais e a capacidade de cooperação reforçada por uma administração

pública criativa e proativa, as externalidades fornecidas por governos locais e nacionais e as especificidades historicamente construídas por uma cultura territorial. Tais estratégias trazem explicações para as diferenças de desempenho regionais.

### **3 METODOLOGIA**

Qualquer estudo para manter uma característica e informações confiáveis, deve seguir alguns critérios metodológicos, Chemin (2012), a metodologia é um conjunto de técnicas que possibilita construir, estruturar e organizar um documento.

#### **3.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA**

A pesquisa foi realizada na região de abrangência da Agência de Desenvolvimento Regional - ADR de São Miguel do Oeste, da qual fazem parte os municípios de, São Miguel do Oeste, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Guaraciaba e Paraíso.

O período de análise das informações considerou os 4 (quatro) últimos mandatos dos gestores públicos (prefeito e vice-prefeito), ou seja, 2004 a 2008, 2008 a 2012, 2012 a 2016 e 2016 a 2020. Para o índice de desenvolvimento humano - IDH e população, considerou-se os últimos 3 (três) censos, realizados nos anos de 1991, 2000 e 2010.

#### **3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA**

O estudo caracteriza-se como qualitativo e quantitativo. Quanto aos objetivos a pesquisa foi do tipo descritiva e quanto aos procedimentos, tratou-se de um levantamento bibliográfico e documental.

#### **3.3 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS**

A pesquisa documental considerou informações sobre os gestores públicos dos 4 (quatro) últimos mandatos e os índices de desenvolvimento humano (IDH) dos últimos 3 (três) censos, considerando os 7 (sete) municípios pertencentes a ADR de

São Miguel do Oeste, extraídas do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e do Tribunal Superior Eleitoral.

### 3.4 TÉCNICA DE TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados qualitativos foram descritos e analisados em seu conteúdo. Os dados quantitativos foram organizados em tabelas, procedendo-se uma análise estatística. Para análise e interpretação dos dados considerou-se os objetivos propostos e a fundamentação teórica do estudo.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Na sequência apresentam-se os resultados da coleta de dados referente ao perfil dos gestores públicos, ou seja, prefeitos e vice-prefeitos, dos 7 (sete) Municípios pertencentes a ADR de São Miguel do Oeste, sendo: São Miguel do Oeste, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Guaraciaba e Paraíso. Esses Municípios pertencem a mesorregião do Oeste Catarinense, uma das 6 (seis) encontradas no estado de Santa Catarina.

Os dados encontram-se organizados por Município e em cada um desses, apresentam os resultados distribuídos por perfil dos gestores públicos, índice de desenvolvimento humano e população.

O período de análise das informações, para o perfil dos gestores, considerou os 4 (quatro) últimos mandatos, os períodos de mandatos são 2004 a 2008, 2008 a 2012, 2012 a 2016 e 2016 a 2020, bem como para o índice de desenvolvimento humano e população, considerou-se os últimos 3 (três) censos, realizados nos anos de 1991, 2000 e 2010.

### 4.1 SÃO MIGUEL DO OESTE

O município de São Miguel do Oeste foi instalado no ano de 1953. É caracterizado por ter uma área total de 235,07km<sup>2</sup>, apresentando uma densidade demográfica de 154,4 habitantes por km<sup>2</sup> e uma população, conforme censo de 2010, de 36.306 habitantes, prevalecendo à área urbana e o gênero feminino. O Município apresenta um índice de desenvolvimento humano, em 2010, de 0,801, considerado

uma faixa muito alta, que representa um IDHM entre 0,800 e 1. (PNUD; Ipea; FJP apud ATLAS ..., 2017).

A seguir, apresentam-se as Tabelas 1, 2 e 3, correspondendo ao perfil dos gestores públicos (prefeitos e vice-prefeitos), o índice de desenvolvimento humano e o perfil da população total, por gênero, zona rural/urbana do município de São Miguel do Oeste, SC.

Tabela 1: Perfil dos gestores públicos, município de São Miguel do Oeste, SC.

<b>Ano</b>	<b>Cargo</b>	<b>Nome</b>	<b>Nasc.</b>	<b>Profissão</b>	<b>Grau de Instrução</b>
2004-2008	Prefeito	João Valar	1954	Comerciante	Ensino Médio Incompleto
	Vice-Prefeito	Moacir G. Martello	1967	Professor	Superior Completo
2008-2012	Prefeito	Nelson F. da Silva	1964	Agricultor	Ensino Médio Incompleto
	Vice-Prefeito	Vilson Watte	1971	Médico	Superior Completo
2012-2016	Prefeito	João Valar	1954	Aposentado	Ensino Médio Incompleto
	Vice-Prefeito	Wilson Trevisan	1957	Empresário	Superior Completo
2016-2020	Prefeito	Wilson Trevisan	1957	Empresário	Superior Completo
	Vice-Prefeito	Alfredo Spier	1958	Advogado	Superior Completo

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2017).

No conjunto dos últimos 4 (quatro) mandatos dos gestores (prefeitos/vice-prefeitos) apresentados na Tabela 1, é possível observar que a faixa de idade predominante está entre 46 a 63 anos. Esse resultado pode estar indicando que os eleitores buscam ainda votar naqueles que possuem uma história com o Município. Observa-se também que em termos de profissão dos gestores, encontram-se comerciante, empresário, advogado, agricultor, professor, aposentado e médico, pessoas que passaram a construir uma história com o próprio Município. Antes destes gestores ocuparem os cargos acima descritos, a maioria já possuía um vínculo anterior com a gestão pública municipal, ocupando cargos como secretarias, até mesmo como funcionários municipais ou estaduais, seguindo uma carreira política.

Quanto ao grau de instrução, predomina o superior completo. Tal resultado pode estar demonstrando que a sociedade está procurando eleger gestores com formação superior, a fim de que possam contribuir mais com o crescimento e desenvolvimento do Município.

Tabela 2: Índice de desenvolvimento humano, município de São Miguel do Oeste, SC.

<b>Ano</b>	<b>Renda</b>	<b>Longevidade</b>	<b>Educação</b>	<b>IDHM</b>
1991	0,624	0,791	0,364	0,564
2000	0,695	0,851	0,593	0,705
2010	0,787	0,884	0,739	0,801

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS ..., 2017).

A Tabela 2, mostra o índice de desenvolvimento humano do Município em 3 (três) períodos distintos de 1991, 2000 e 2010. Desde o ano de 1991, até o último censo, realizado ano de 2010, a renda e a longevidade tiveram um aumento gradativo, contudo, nada gritante. O estudo demonstra que no Município há melhores condições de renda, o que também possibilita ao acesso a recursos na área da saúde, bem como uma melhor educação, melhorando assim, a expectativa de vida.

Todavia, com relação à educação, se observa que em duas décadas este número quase dobrou, comprovando que as pessoas cada dia mais, estão se alfabetizando. Assim, considerando o IDH do município de São Miguel do Oeste, este se apresenta um grau muito alto de desenvolvimento.

Tabela 3: População Total, por Gênero, Rural/Urbana, município de São Miguel do Oeste, SC.

<b>População</b>	<b>População (1991)</b>	<b>% Total (1991)</b>	<b>População (2000)</b>	<b>% Total (2000)</b>	<b>População (2010)</b>	<b>% Total (2010)</b>
População total	30.012	100,00	32.324	100,00	36.306	100,00
População residente masculina	14.832	49,42	15.852	49,04	17.650	48,61
População residente feminina	15.181	50,58	16.472	50,96	18.656	51,39
População urbana	23.895	79,62	27.392	84,74	32.065	88,32
População rural	6.117	20,38	4.932	15,26	4.241	11,68

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS ..., 2017).

Os dados sobre a população indicam a predominância do gênero feminino, muito embora haja uma insignificante diferença com o número da população masculina. Ao contrário do que se apresenta quanto ao número da população urbana, a qual sobrepõe a todos os números com relação a rural, demonstrando o crescente número do êxodo rural.

## 4.2 BANDEIRANTE

O segundo Município que representa a mesorregião do Oeste Catarinense é Bandeirante, com sua instalação no ano de 1997. O mesmo apresenta como característica uma área total de 146,41km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 19,85 habitantes por km<sup>2</sup> e uma população conforme censo de 2010, de 2.906 habitantes, até esse período, grande parte da população ainda se encontrava na área rural era basicamente masculina. O Município apresenta um índice de desenvolvimento humano, em 2010, de 0,672, considerado uma faixa média, representando um IDHM entre 0,600 e 0,699. (PNUD; Ipea; FJP apud ATLAS ..., 2017).

Na sequência, apresentam-se as Tabelas 4, 5 e 6, que correspondem ao perfil dos prefeitos e vice-prefeitos, como gestores públicos, o índice de desenvolvimento humano e o perfil da população total, por gênero, zona rural/urbana do município de Bandeirante, SC.

Tabela 4: Perfil dos gestores públicos, município de Bandeirante, SC.

<b>Ano</b>	<b>Cargo</b>	<b>Nome</b>	<b>Nasc.</b>	<b>Profissão</b>	<b>Grau de Instrução</b>
2004-2008	Prefeito	José Carlos Berti	1960	Servidor Público Municipal	Superior Completo
	Vice-Prefeito	Otile Mocellin	1945	Servidor Público Municipal	Ensino Médio Completo
2008-2012	Prefeito	Celso Biegelmeier	1959	Agricultor	Ensino Fundamental Incompleto
	Vice-Prefeito	Jair Merlini	1970	Motorista Transporte Carga	Ensino Médio Completo
2012-2016	Prefeito	Jose Carlos Berti	1960	Professor Ensino Superior	Superior Completo
	Vice-Prefeito	Otile Mocellin	1945	Aposentado	Ensino Médio Completo
2016-2020	Prefeito	Celso Biegelmeier	1959	Agricultor	Ensino Fundamental Incompleto
	Vice- Prefeito	Volmir José Lamb	1969	Servidor Público Municipal	Ensino Fundamental Completo

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2017).

Observando a Tabela 4, o perfil dos gestores públicos na figura dos prefeitos e vice-prefeitos, nos últimos 4 (quatro) mandatos, é possível observar que a faixa etária está entre 47 a 72 anos. O resultado mostra que os eleitores buscam eleger representantes com alguma ligação histórica com o Município. No que se refere a profissão dos gestores eleitos, encontram-se servidor público, agricultor, motorista, professor e aposentado, mesmo com profissões distintas, todos contribuem com a



história do Município, dos eleitos, apenas dois gestores antes de seus mandatos, já possuíam um vínculo com a gestão pública por meio de cargos municipais ou estaduais, o que pode ser indicativo do desejo de seguir uma carreira política e colaborar com o crescimento municipal.

Quanto ao grau de instrução dos gestores dos últimos mandatos, predomina o ensino médio completo, tendo ainda, ensino superior completo, ensino fundamental incompleto e também completo. O resultado mostra que, mesmo sendo um Município de pequeno porte e com base rural, a sociedade busca eleger gestores com grau de instrução, de maneira que possam representar melhor o crescimento e desenvolvimento municipal.

Tabela 5: Índice de desenvolvimento humano, município de Bandeirante, SC.

<b>Ano</b>	<b>Renda</b>	<b>Longevidade</b>	<b>Educação</b>	<b>IDHM</b>
1991	0,440	0,707	0,133	0,346
2000	0,613	0,740	0,362	0,548
2010	0,675	0,795	0,565	0,672

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS ..., 2017).

Com relação à Tabela 5, é possível observar que o IDH do Município teve um salto entre os anos de 1991 a 2010 no que corresponde a educação, já no índice de renda, bem como da longevidade tiveram um aumento de forma gradativa. A partir desses resultados, acredita-se ser possível inferir que, por meio dos trabalhos realizados pelo Município, os moradores passaram a ter mais acesso a recursos financeiros e saúde pública, contribuindo com uma melhor qualidade de vida, melhorando assim, a expectativa de vida municipal.

Com relação ao índice de educação, nos 3 (três) últimos censos, pode-se observar um crescimento por salto, mostrando que as pessoas estão preocupadas em melhorar seu grau de instrução, o que também é um fator que contribuiu para o crescimento econômico e desenvolvimento do Município. Assim, considerando o IDH do município de Bandeirante, este se apresenta um grau médio de desenvolvimento.

Tabela 6: População Total, por Gênero, Rural/Urbana, município de Bandeirante, SC.

<b>População</b>	<b>População (1991)</b>	<b>% Total (1991)</b>	<b>População (2000)</b>	<b>% Total (2000)</b>	<b>População (2010)</b>	<b>% Total (2010)</b>
População total	4.752	100,00	3.177	100,00	2.906	100,00
População residente masculina	2.499	52,59	1.647	51,84	1.535	52,82
População residente feminina	2.253	47,41	1.530	48,16	1.371	47,18
População urbana	639	13,45	741	23,32	931	32,04
População rural	4.113	86,55	2.436	76,68	1.975	67,96

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS ..., 2017).

Quanto ao resultado da Tabela 6, verifica-se que a população masculina no Município predomina, sendo pequena a diferença em relação à população feminina. Mas, quando se fala em população urbana e população rural, o número salta consideravelmente aos olhos, sendo que a maioria dos munícipes até 2010, ainda se concentrava no campo, provavelmente, por considerar melhores condições de trabalho, bem como qualidade de vida.

#### 4.3 BARRA BONITA

O terceiro Município é Barra Bonita, com sua instalação no ano de 1997. O Município é caracterizado por ter uma área total de 93,89km<sup>2</sup>, com uma densidade demográfica de 20 habitantes por km<sup>2</sup> e uma população conforme censo de 2010, de 1.878 habitantes, concentrando grande parte da população do Município em área rural, sendo predominante o gênero masculino. O Município apresenta um índice de desenvolvimento humano, em 2010, de 0,701, considerado uma faixa alta, que representa um IDHM entre 0,700 e 0,799. (PNUD; Ipea; FJP apud ATLAS ..., 2017).

A seguir, apresentam-se as Tabelas 7, 8 e 9, correspondendo ao perfil dos gestores públicos do Município, o índice de desenvolvimento humano e o perfil da população total, por gênero, zona rural/urbana do município de Barra Bonita, SC.

Tabela 7: Perfil dos gestores públicos, município de Barra Bonita, SC.

<b>Ano</b>	<b>Cargo</b>	<b>Nome</b>	<b>Nasc.</b>	<b>Profissão</b>	<b>Grau de Instrução</b>
2004-2008	Prefeito	Dirceu Bernardi	1969	Servidor Público Municipal	Ensino Fundamental Completo
	Vice-Prefeito	Claudemir Luiz Dassi	1967	Servidor Público Municipal	Ensino Médio Completo
2008-2012	Prefeito	Pedro Rodrigues da Silva	1949	Agricultor	Ensino Fundamental Incompleto
	Vice-Prefeito	Claudemir Luiz Dassi	1967	Servidor Público Municipal	Ensino Médio Completo
2012-2016	Prefeito	Darci João Frizon	1956	Empresário	Ensino Fundamental Incompleto
	Vice-Prefeito	Elvira Ramos	1955	Agricultora	Ensino Fundamental Incompleto
2016-2020	Prefeito	Moacir Piroca	1960	Agricultor	Ensino Médio Completo
	Vice-Prefeito	Sanir Francisco Bedin	1966	Servidor Público Municipal	Ensino Médio Completo

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2017).

No município de Barra Bonita, nos últimos 4 (quatro) mandatos, a faixa etária dos gestores públicos nos cargos de prefeito e vice-prefeito, conforme Tabela 7, variou entre 48 a 68 anos. Esse resultado pode estar indicando que os eleitores buscam eleger candidatos que representam a história do Município. Em se tratando da profissão dos gestores, destacam-se servidor público e agricultor, tendo também a de empresário. A escolha dos eleitores, em sua maioria, foi por pessoas que lutam para construir uma história com o Município, considerando que alguns antes de ocuparem os cargos acima mencionados, já possuíam vínculo com algum serviço público, com ocupação em cargos municipais ou estaduais.

O grau de instrução dos gestores públicos fica em equilíbrio entre o ensino médio completo e ensino fundamental incompleto. Talvez esse resultado mostre que por se tratar de um Município pequeno e de base rural, as chances ao estudo superior foram um pouco complicadas, o que parece não prejudicar o crescimento e desenvolvimento municipal, destacando-se também que esses gestores receberam o voto de confiança e não pelos diplomas.

Tabela 8: Índice de desenvolvimento humano, município de Barra Bonita, SC.

<b>Ano</b>	<b>Renda</b>	<b>Longevidade</b>	<b>Educação</b>	<b>IDHM</b>
1991	0,466	0,721	0,137	0,358
2000	0,576	0,740	0,376	0,543
2010	0,692	0,830	0,599	0,701

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS ..., 2017).

Considerando a Tabela 8, nota-se que o índice de desenvolvimento humano com relação à renda e longevidade se manteve estável durante as décadas, porém a educação desde o ano de 1991, até o último censo, correspondente ao ano de 2010 teve um aumento considerável, o que fez dobrar o crescimento do índice de desenvolvimento humano. O IDH do município de Barra Bonita possui um alto grau de desenvolvimento.

Tabela 9: População Total, por Gênero, Rural/Urba, município de Barra Bonita, SC.

<b>População</b>	<b>População (1991)</b>	<b>% Total (1991)</b>	<b>População (2000)</b>	<b>% Total (2000)</b>	<b>População (2010)</b>	<b>% Total (2010)</b>
População total	3.795	100,00	2.118	100,00	1.878	100,00
População residente masculina	1.974	52,02	1.108	52,31	976	51,97
População residente feminina	1.822	48,01	1.010	47,69	902	48,03
População urbana	241	6,35	256	12,09	279	14,86
População rural	3.554	93,65	1.862	87,91	1.599	85,14

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS ..., 2017).

Os dados presentes na Tabela 9, sobre a população do Município, indicam que a mesma caiu consideravelmente para quase a metade, entre os anos de 1991 a 2010. No que diz respeito ao gênero da população, ganha destaque o masculino, com pouca diferença em relação ao feminino. Quando se em população urbana e rural, percebe-se que é expressiva a diferença entre os índices, predominado a população rural.

#### 4.4 BELMONTE

O município de Belmonte foi instalado em 1993. O Município tem como característica uma área total de 93,73km<sup>2</sup>, uma densidade demográfica de 28,11 habitantes por km<sup>2</sup> e uma população, conforme censo de 2010, de 2.635 habitantes, prevalecendo uma maior concentração populacional na área rural e basicamente masculina. O Município apresenta um índice de desenvolvimento humano, em 2010, de 0,705, considerado uma faixa alta, que representa um IDHM entre 0,700 e 0,799. (PNUD; Ipea; FJP apud ATLAS ..., 2017).

A seguir, apresentam-se as Tabelas 10, 11 e 12, que correspondem ao perfil dos gestores públicos, o índice de desenvolvimento humano e o perfil da população total, por gênero, zona rural/urbana do município de Belmonte, SC.

Tabela 10: Perfil dos gestores públicos, município de Belmonte, SC.

<b>Ano</b>	<b>Cargo</b>	<b>Nome</b>	<b>Nasc.</b>	<b>Profissão</b>	<b>Grau de Instrução</b>
2004-2008	Prefeito	Mauri Scaranti	1968	Agricultor	Ensino Médio completo
	Vice-Prefeito	Altair Ansolin	1952	Pecuarista	Ensino Fundamental Incompleto
2008-2012	Prefeito	Mauri Scaranti	1968	Agricultor	Ensino Médio completo
	Vice-Prefeito	Altair Ansolin	1952	Pecuarista	Ensino Fundamental Incompleto
2012-2016	Prefeito	Genésio Bressiani	1969	Professor Ensino Fundamental	Superior Completo
	Vice-Prefeito	Cleomar Pisoni	1968	Agricultor	Ensino Fundamental Completo
2016-2020	Prefeito	Genésio Bressiani	1969	Professor Ensino Fundamental	Superior Completo
	Vice-Prefeito	Cleomar Pisoni	1968	Agricultor	Ensino Fundamental Completo

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2017).

Representando a Tabela 10, encontra-se o perfil dos gestores públicos prefeitos e vice-prefeitos nos últimos 4 (quatro) mandatos, podendo observar que a idade varia entre 48 a 65 anos, os resultados mostram a busca por representantes que fazem parte da história do Município. Com relação a profissão dos gestores, a que se destaca é a de agricultor, há também os que exercem a profissão de pecuarista e de professor, que após as eleições passaram a fazer parte da história do Município, pois, nenhum desses gestores apresentados possuía anteriormente ao primeiro mandato, experiência com a gestão pública municipal ou estadual, mesmo assim, alguns foram reeleitos, provavelmente, por terem apresentados bons resultados, compromisso e confiança com a sociedade municipal, em seu primeiro mandato.

Quanto ao grau de instrução dos gestores, não se observou predominância em um único grau de instrução, e sim, uma distribuição entre ensino fundamental completo e incompleto, ensino médio completo e ensino superior completo. Independentemente do nível educacional, os gestores foram eleitos pelo povo, tornando todos importantes, a fim de contribuir com o crescimento e desenvolvimento do Município.

Tabela 11: Índice de desenvolvimento humano, município de Belmonte, SC.

<b>Ano</b>	<b>Renda</b>	<b>Longevidade</b>	<b>Educação</b>	<b>IDHM</b>
1991	0,485	0,733	0,199	0,414
2000	0,582	0,761	0,395	0,559
2010	0,699	0,820	0,611	0,705

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS ..., 2017).

Quanto ao índice de desenvolvimento humano, a Tabela 11 mostra os resultados sobre a renda e a longevidade da população do Município, apresentando um número crescente e gradativo. Tais resultados demonstram que as condições de trabalho, saúde, recursos financeiros têm melhorado a qualidade de vida, bem como a educação, que praticamente triplicou o índice entre o período de 1991 a 2010. Assim, considerando o IDH do município de Belmonte, este apresenta um grau de desenvolvimento alto.

Tabela 12: População Total, por Gênero, Rural/Urba, município de Belmonte, SC.

<b>População</b>	<b>População (1991)</b>	<b>% Total (1991)</b>	<b>População (2000)</b>	<b>% Total (2000)</b>	<b>População (2010)</b>	<b>% Total (2010)</b>
População total	3.749	100,00	2.588	100,00	2.635	100,00
População residente masculina	1.949	51,99	1.302	50,31	1.358	51,54
População residente feminina	1.800	48,01	1.286	49,69	1.277	48,46
População urbana	611	16,30	952	36,79	1.273	48,31
População rural	3.138	83,70	1.636	63,21	1.362	51,69

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS ..., 2017).

No que concerne à população do Município, embora tenha diminuído entre os anos de 1991 a 2010, se manteve estável no período seguinte, prevalecendo a população do gênero masculino. Já com a população rural que era bem maior nos anos de 1991 e 2000, é possível verificar que no ano de 2010, quase a metade se tornou população urbana, praticamente se igualando a população rural.

Todavia, mesmo com esta queda, a população rural ainda é preponderante. Provavelmente, essa mudança tenha ocorrido pelo motivo de na zona urbana ter melhor acesso à saúde e educação, já que no campo, os jovens saem em busca de melhores condições de vida com acesso a uma educação de qualidade e os idosos buscam por qualidade de vida com acesso a saúde.

## 4.5 DESCANSO

O município de Descanso, parte da mesorregião localizada no Oeste Catarinense, no estado de Santa Catarina, teve sua instalação em 1956. Tem como característica uma área total de 285,48km<sup>2</sup>, uma densidade demográfica de 30,26 habitantes por km<sup>2</sup> e uma população, conforme censo de 2010, de 8.634 habitantes, prevalecendo maior concentração populacional na área rural e basicamente do gênero masculino. O Município apresenta um índice de desenvolvimento humano em 2010, de 0,743, considerado uma faixa alta, que representa um IDHM entre 0,700 e 0,799. (PNUD; Ipea; FJP apud ATLAS ..., 2017).

A seguir, apresentam-se as Tabelas 13, 14 e 15, que correspondem ao perfil dos gestores públicos no papel de prefeitos e vice-prefeitos dos últimos 4 (quatro) mandatos, o índice de desenvolvimento humano e o perfil da população total, por gênero, zona rural/urbana do município de Descanso, SC.

Tabela 13: Perfil dos gestores públicos, município de Descanso, SC.

<b>Ano</b>	<b>Cargo</b>	<b>Nome</b>	<b>Nasc.</b>	<b>Profissão</b>	<b>Grau de Instrução</b>
2004-2008	Prefeito	Alvari Lucidio Mazzardo	1960	Agricultor	Ensino Médio Incompleto
	Vice-Prefeito	Neri Spessatto	1966	Agricultor	Ensino Fundamental Completo
2008-2012	Prefeito	Sadi Inácio Bonamigo	1962	Agricultor	Ensino Fundamental Completo
	Vice-Prefeito	Airton de Oliveira Pacheco	1953	Dentista	Superior Completo
2012-2016	Prefeito	Hélio José Daltoé	1956	Empresário	Superior Completo
	Vice-Prefeito	Neri Spessatto	1966	Agricultor	Ensino Fundamental Completo
2016-2020	Prefeito	Sadi Inácio Bonamigo	1962	Servidor Público Federal	Ensino Médio Completo
	Vice-Prefeito	Valdecir Francisco Casagrande	1966	Agricultor	Ensino Fundamental Incompleto

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2017).

A Tabela 13, mostra o perfil dos gestores públicos nos últimos 4 (quatro) mandatos, onde é possível observar que a faixa etária dos eleitos está entre 51 a 64 anos de idade. Esse resultado pode estar indicando a necessidade dos eleitores em buscar representantes com laços no Município, bem como pessoas que conheçam as dificuldades enfrentadas pela população. Em relação às profissões exercidas antes

das eleições, observa-se que a maioria era agricultor e a minoria também exercia funções de servidor público federal, dentista e empresário. Os dados mostram que apenas um gestor já possuía vínculo anterior com gestão pública. Todos tinham em comum, o almejo de tomar posse de cargos públicos e seguir uma carreira política, fazendo parte da história do Município.

Quanto ao grau de instrução, predomina o ensino fundamental completo. Tal resultado pode estar demonstrando que a sociedade está procurando eleger gestores por meio da confiança, de maneira que possam contribuir mais com o crescimento e desenvolvimento do Município.

Tabela 14: Índice de desenvolvimento humano, município de Descanso, SC.

Ano	Renda	Longevidade	Educação	IDHM
1991	0,562	0,738	0,288	0,492
2000	0,638	0,767	0,462	0,609
2010	0,741	0,854	0,647	0,743

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS ..., 2017).

Os dados mostrados na Tabela 14 representam o índice de desenvolvimento humano do Município, nos 3 (três) períodos dos últimos censos, 1991, 2000 e 2010, se observa que a renda e a longevidade tiveram um pequeno aumento, porém, gradativo. Esse aumento é considerado dentro das tendências mundiais, como um crescimento sucessivo.

Todavia, com relação à educação, se observa um salto em seus índices, comprovando que as pessoas cada dia mais, estão preocupadas em estudar e conquistar melhores condições de vida. Considerando o IDH do município de Descanso, este se apresenta com alto grau de desenvolvimento.

Tabela 15: População Total, por Gênero, Rural/Urbana, município de Descanso, SC.

População	População (1991)	% Total (1991)	População (2000)	% Total (2000)	População (2010)	% Total (2010)
População total	9.851	100,00	9.129	100,00	8.634	100,00
População residente masculina	4.962	50,37	4.644	50,87	4.356	50,45
População residente feminina	4.889	49,63	4.485	49,13	4.278	49,55
População urbana	3.369	34,20	3.885	42,56	4.297	49,77
População rural	6.482	65,80	5.244	57,44	4.337	50,23

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS ..., 2017).



Os dados sobre a população do Município indicam uma pequena queda entre os anos de 1991 e 2010, mas nada significativo, imperando a população do gênero masculino, com pequena diferença em relação ao feminino e, predominância também da população rural. Embora os dados mostrem uma queda da população rural durante os últimos censos, em 2010 ambas quase apresentam a mesma população, a troca do campo para a cidade pode levar a inúmeros acontecimentos, principalmente, ao êxodo rural.

#### 4.6 GUARACIABA

O município de Guaraciaba, localizado na mesorregião do Oeste Catarinense, teve sua instalação no ano de 1953. É caracterizado por ter uma área total de 331,1km<sup>2</sup> e uma densidade demográfica de 31,71 habitantes por km<sup>2</sup>. Sua população, conforme censo de 2010, é de 10.498 habitantes, prevalecendo maior concentração populacional na área rural e basicamente masculina. O Município apresenta um índice de desenvolvimento humano, em 2010, de 0,751, considerado uma faixa alta, que representa um IDHM entre 0,700 e 0,799. (PNUD; Ipea; FJP apud ATLAS ..., 2017).

Na sequência, apresentam-se as Tabelas 16, 17 e 18, correspondendo ao perfil dos gestores públicos prefeitos e vice-prefeitos, o índice de desenvolvimento humano e o perfil da população total, por gênero, zona rural/urbana do município de Guaraciaba, SC.

Tabela 16: Perfil dos gestores públicos, município de Guaraciaba, SC.

<b>Ano</b>	<b>Cargo</b>	<b>Nome</b>	<b>Nasc.</b>	<b>Profissão</b>	<b>Grau de Instrução</b>
2004-2008	Prefeito	Airton Fontana	1966	Professor	Superior Completo
	Vice-Prefeito	Pedro Luiz Trevisol	1966	Agricultor	Ensino Médio Incompleto
2008-2012	Prefeito	Ademir José Zimmermann	1968	Professor Ensino Superior	Superior Completo
	Vice-Prefeito	Nelson Francisco Huning	1958	Servidor Público Estadual	Ensino Médio Completo
2012-2016	Prefeito	Roque Luiz Meneghini	1967	Produtor Agropecuário	Ensino Médio Completo
	Vice-Prefeito	Vandecir Dorigon	1970	Produtor Agropecuário	Superior Completo
2016-2020	Prefeito	Roque Luiz Meneghini	1967	Produtor Agropecuário	Ensino Médio Completo
	Vice-Prefeito	Vandecir Dorigon	1970	Produtor Agropecuário	Superior Completo

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2017).

No conjunto dos últimos 4 (quatro) mandatos dos gestores para o cargo de prefeito e vice-prefeito apresentados na Tabela 16, é possível observar que a faixa de idade predominante está entre 47 a 59 anos. Esse resultado pode estar indicando que os eleitores desse Município também buscam ainda votar em pessoas com mais idade e que possuam um vínculo histórico com o Município. Quanto às profissões destes gestores acima descritos, variam entre professor, agricultor, servidor público estadual e produtor agropecuário, de forma predominante. Os dados mostram que apenas um gestor, antes de ocupar o cargo acima mencionado, já possuía um elo com a gestão pública municipal, por meio de um cargo como funcionário estadual.

Quanto ao grau de instrução, predomina o superior completo. Apesar de ser uma cidade pequena, com base rural, o resultado mostra que existe sim interesse e oportunidade de frequentar o ensino superior. A sociedade demonstra a sua escolha por eleger gestores com formação superior, de modo que possam contribuir de maneira melhor com o crescimento e desenvolvimento do Município.

Tabela 17: Índice de desenvolvimento humano, município de Guaraciaba, SC.

<b>Ano</b>	<b>Renda</b>	<b>Longevidade</b>	<b>Educação</b>	<b>IDHM</b>
1991	0,525	0,766	0,228	0,451
2000	0,633	0,799	0,475	0,622
2010	0,754	0,871	0,646	0,751

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS ..., 2017).

A Tabela 17, mostra a evolução dos índices de desenvolvimento humano do Município, durante os 3 (três) períodos distintos de 1991, 2000 e 2010, o qual nos aspectos de renda e longevidade, andou a passos lentos, mas de forma gradativa.

Todavia, o Município ganha destaque no índice de educação, o qual praticamente duplicou o número em duas décadas, o que representa o interesse da população em buscar uma educação. O IDH do município de Guaraciaba apresenta um grau alto de desenvolvimento.

Tabela 18: População Total, por Gênero, Rural/Urbana, município de Guaraciaba, SC.

<b>População</b>	<b>População (1991)</b>	<b>% Total (1991)</b>	<b>População (2000)</b>	<b>% Total (2000)</b>	<b>População (2010)</b>	<b>% Total (2010)</b>
População total	11.618	100,00	11.038	100,00	10.498	100,00
População residente masculina	5.973	51,41	5.604	50,77	5.300	50,49
População residente feminina	5.645	48,59	5.434	49,23	5.198	49,51
População urbana	3.530	30,38	4.365	39,55	4.924	46,90
População rural	8.088	69,62	6.673	60,45	5.574	53,10

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS ..., 2017).

Quanto as informações referentes à população do Município, consoante na Tabela 18, é perceptível a redução do número de habitantes. O município tem como características predominantes a população do gênero masculino e a população rural, demonstrando ainda a importância de viver do homem do campo.

#### 4.7 PARAÍSO

O município de Paraíso teve sua instalação no ano de 1993. Tem como característica uma área total de 178,3km<sup>2</sup>, uma densidade demográfica de 22,88 habitantes por km<sup>2</sup> e uma população, conforme censo de 2010, de 4.080 habitantes, prevalecendo maior concentração populacional na área rural e basicamente masculina. O Município apresenta um índice de desenvolvimento humano, em 2010, de 0,700, considerado uma faixa alta, que representa um IDHM entre 0,700 e 0,799. (PNUD; Ipea; FJP apud ATLAS ..., 2017).

Na sequência do estudo, apresentam-se as Tabelas 19, 20 e 21, correspondendo ao perfil dos gestores públicos para os cargos de prefeitos e vice-prefeitos, o índice de desenvolvimento humano e o perfil da população total, por gênero, zona rural/urbana do município de Paraíso, SC.

Tabela 19: Perfil dos gestores públicos, município de Paraíso, SC.

<b>Ano</b>	<b>Cargo</b>	<b>Nome</b>	<b>Nasc.</b>	<b>Profissão</b>	<b>Grau de Instrução</b>
2004-2008	Prefeito	Enio Reckziegel	1953	Comerciante	Ensino Fundamental Incompleto
	Vice-Prefeito	José Marcos Lopes	1967	Dentista	Superior Completo
2008-2012	Prefeito	Erni Giacomini	1967	Comerciante	Ensino Fundamental Incompleto
	Vice-Prefeito	Ari Baldin	1967	Professor Ensino Médio	Superior Completo
2012-2016	Prefeito	Erni Giacomini	1967	Comerciante	Ensino Fundamental Incompleto
	Vice-Prefeito	Valdecir Antonio Casagrande	1966	Agricultor	Ensino Fundamental Incompleto
2016-2020	Prefeito	Valdecir Antonio Casagrande	1966	Agricultor	Ensino Fundamental Completo
	Vice-Prefeito	Valdirez Ferreira Prestes	1962	Agricultor	Ensino Fundamental Incompleto

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2017).

As informações dos últimos 4 (quatro) mandatos dos gestores no cargo de prefeito e vice-prefeito, apresentadas na Tabela 19, apontam para uma faixa etária entre 50 a 64 anos. Esse resultado pode estar indicando como na maioria dos Municípios pertencente à ADR de São Miguel do Oeste, que os eleitores buscam eleger pessoas de mais idade e com laços históricos maiores com o Município. Em termos de profissão dos gestores, encontram-se comerciante, dentista, professor e agricultor, desses representantes eleitos, as informações mostram que nenhum dos gestores já possuía anteriormente vínculo com a gestão pública.

Quanto ao grau de instrução, predomina o ensino fundamental incompleto. Tal resultado mostra que os eleitores não estão em busca de representantes titulados com alguma formação de nível superior, demonstrando que a sociedade está mais preocupada em eleger gestores que passam confiança e determinação e que possam contribuir mais com o crescimento e desenvolvimento do Município.

Tabela 20: Índice de desenvolvimento humano, município de Paraíso, SC.

<b>Ano</b>	<b>Renda</b>	<b>Longevidade</b>	<b>Educação</b>	<b>IDHM</b>
1991	0,481	0,756	0,165	0,391
2000	0,608	0,808	0,334	0,547
2010	0,728	0,833	0,565	0,700

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS ..., 2017).

Quanto ao índice de desenvolvimento humano deste Município, vide Tabela 20, denota-se o expressivo crescimento nos 3 (três) períodos distintos de 1991, 2000 e 2010. Verifica-se que a renda e a longevidade tiveram crescimento satisfatório, tal fato, provavelmente se dê pelas condições proporcionadas pelo Município em termos de condições de trabalho, acesso a recursos financeiros, melhorando a expectativa de vida.

Todavia, em relação ao índice educacional, se constata que em duas décadas este número teve um aumento considerável, comprovando que as pessoas sabem da importância da educação para obterem melhores condições de vida. Assim, considerando o IDH do município de Paraíso, este se apresenta um grau alto de desenvolvimento.

Tabela 21: População Total, por Gênero, Rural/Urba, município de Paraíso, SC.

<b>População</b>	<b>População (1991)</b>	<b>% Total (1991)</b>	<b>População (2000)</b>	<b>% Total (2000)</b>	<b>População (2010)</b>	<b>% Total (2010)</b>
População total	6.017	100,00	4.796	100,00	4.080	100,00
População residente masculina	3.160	52,52	2.493	51,98	2.091	51,25
População residente feminina	2.857	47,48	2.303	48,02	1.989	48,75
População urbana	863	14,34	1.302	27,15	1.451	35,56
População rural	5.154	85,66	3.494	72,85	2.629	64,44

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (apud ATLAS ..., 2017).

Em relação à população, observa-se uma redução entre os anos de 1991 a 2010, com predominância do gênero masculino, embora haja uma insignificante diferença em relação a população feminina. Existe uma diferença expressiva entre a população rural e urbana nos anos citados, sendo a primeira predominante, o que pode estar indicando uma preferência por viver uma vida mais tranquila no campo.

#### 4.8 ANÁLISE CONJUNTA

Em uma análise conjunta das características dos municípios e respectivos gestores públicos dos cargos de prefeitos e vice-prefeitos referentes aos 4 (quatro) últimos mandatos (2004 a 2008; 2008 a 2012; 2012 a 2016; 2016 a 2020), dos Municípios pertencentes à ADR de São Miguel do Oeste, SC, considerando os 3 (três) últimos censos (1991, 2000, 2010), tem-se que:

Quanto ao *perfil*, a idade varia entre 46 e 72 anos, os graus de instrução mais frequentes são o ensino fundamental incompleto, o ensino médio completo e o ensino superior completo. A atividade profissional predominante é a de agricultor, cuja maioria já possuem certo vínculo com a gestão pública por meio de secretarias municipais ou estaduais. Acredita-se que a escolha dos representantes não tem influência significativa da escolaridade e sim, da confiança depositada nos gestores, para o crescimento dos Municípios.

Em outras palavras, não se pode olvidar de que todos os gestores públicos, detentores de diploma ou não, tem seu papel fundamental no índice de crescimento e desenvolvimento do Município, pois são esses os responsáveis em explorar da melhor forma possível o potencial da Cidade. E, isso somente ocorrerá se houver uma gestão eficiente, o que não se faz sozinho, e sim, com o auxílio da sociedade, proporcionando melhores condições e qualidade de vida, ou seja, esses atos encontram-se implícitos no processo do próprio desenvolvimento humano, que se encontram presentes nas 3 (três) dimensões analisadas para o índice de desenvolvimento, a renda, a longevidade e a educação.

A análise dos *índices de desenvolvimento humano - IDH* dos Municípios pesquisados, que levou em consideração as três dimensões, renda, longevidade e educação, indica que todos os IDHs tiveram um salto considerável em 1991, 2000 e 2010. Os índices de desenvolvimento com relação à renda e longevidade, tiveram um crescimento contínuo e gradativo, já os índices da educação, em sua maioria duplicaram em 5 municípios e triplicaram em 2 municípios. Apesar desse crescimento, ainda há muito que melhorar, pois a educação é considerada a base de tudo e todos devem receber uma educação de qualidade, seja pública, ou particular. Conforme o último censo de 2010, a dimensão que teve um melhor índice de desenvolvimento e contribuiu para o *IDH* dos Municípios foi à longevidade, com um índice que variou, entre 0,795 a 0,884, seguido pela renda com índice entre 0,675 a 0,787 e por último a educação com índice de desenvolvimento variando entre 0,565 a 0,739.

Portanto, diante dos resultados encontrados no estudo, entende-se que a longevidade pode ser considerada como a razão mais plausível para a sustentação necessária ao desenvolvimento de cada Município. Mas, é de fundamental importância a melhoria na valorização da educação, pois é por meio do acesso ao ensino de qualidade, juntamente com o contexto econômico e social, que se torna possível criar políticas públicas e serviços destinados para a sociedade.

Pode-se considerar a educação como um ponto crítico e fundamental para um melhor desenvolvimento dos Municípios, pois é por intermédio do ensino que ocorre a competitividade do mercado de trabalho, ou seja, melhora o índice de desempenho de renda, em consequência, melhora o desenvolvimento social e econômico dos Municípios, pois para todo e qualquer desenvolvimento deve-se contar com uma base educacional de qualidade.

Diante desse cenário de estudo, para se conhecer o índice de desenvolvimento dos municípios pertencentes à ADR de São Miguel do Oeste, levou-se em consideração uma avaliação nas dimensões relacionadas à renda, longevidade e educação, que até o último censo, ano de 2010 a média do *IDHM* dos Municípios ficou entre 0,672 a 0,801.

Assim, considerando a faixa do IDH dos municípios pertencentes à ADR de São Miguel do Oeste, no último censo realizado, de 2010, o município de São Miguel do Oeste apresentou uma faixa muito alta de desenvolvimento, e os municípios de Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Guaraciaba e Paraíso apresentaram uma faixa alta de desenvolvimento humano. Somente o município de Bandeirante apresentou uma faixa média de desenvolvimento humano

Sobre a *população total, por gênero e área rural/urbana*, constata-se a redução da população total, a predominância da população na zona rural e do gênero masculino, em 6 dos 7 municípios. Apenas São Miguel do Oeste apresenta significativo crescimento de sua população total, estando a mesma predominantemente na zona urbana e com destaque para o sexo feminino.

## **5 CONCLUSÃO**

O estudo objetivou conhecer o perfil dos gestores públicos (prefeitos e vice-prefeitos) dos municípios da ADR de São Miguel do Oeste, dos últimos 4 mandatos e sua relação com o grau de desenvolvimento dos municípios.

A fundamentação teórica utilizada, abordou a administração pública, a gestão pública, o gestor público com destaque para a liderança na gestão pública e o desenvolvimento regional.

No que se refere ao método de pesquisa adotado, o estudo caracteriza-se como qualitativo e quantitativo. Quanto aos objetivos a pesquisa foi do tipo descritiva e quanto aos procedimentos, tratou-se de um levantamento. A coleta de dados foi do

tipo bibliográfica e documental, sendo essa última, delimitada para informações referentes aos gestores públicos dos 4 (quatro) últimos mandatos e aos índices de desenvolvimento humano (IDH) dos últimos 3 (três) censos, considerando os 7 (sete) municípios pertencentes a ADR de São Miguel do Oeste, sendo eles: São Miguel do Oeste, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Guaraciaba e Paraíso.

Os principais resultados do estudo evidenciam que o *perfil* dos gestores públicos dos 4 (quatro) últimos mandatos é formado por: idade que varia entre 46 e 72 anos; graus de instrução mais frequentes são o ensino fundamental incompleto, o ensino médio completo e o ensino superior completo; a atividade profissional predominante é de agricultor, sendo que alguns com vínculo na gestão pública por meio de secretarias municipais ou estaduais.

A análise dos *índices de desenvolvimento humano* – IDH nas dimensões de renda, longevidade e educação, indicam que todos os municípios tiveram um salto considerável entre os períodos de 1991, 2000 e 2010. Os índices de desenvolvimento com relação à renda e longevidade, tiveram um crescimento contínuo e gradativo, já os índices da educação, em sua maioria duplicaram em 5 municípios e triplicaram em 2 municípios. Tais resultados promovem uma melhor qualidade de vida e acesso à educação nos municípios envolvidos na pesquisa.

Sobre a *população total, por gênero e área rural/urbana*, constata-se a redução da população total, a predominância da população na zona rural e do gênero masculino, em 6 dos 7 municípios. Apenas São Miguel do Oeste apresenta significativo crescimento de sua população total, estando a mesma predominantemente na zona urbana e com destaque para o sexo feminino.

Diante dos resultados obtidos referentes ao *perfil* dos gestores, aos *índices de desenvolvimento humano* – IDH e a *população total*, não é possível afirmar com exatidão a relação dos gestores com o grau de desenvolvimento dos municípios. Mas, sabe-se que todos os gestores, tiveram importância em seus trabalhos realizados nos 4 (quatro) últimos mandatos, o qual faz pensar, que foram escolhidos pela população rural/urbana, geralmente pelo voto de confiança, ou por antecedentes históricos com o município, oportunizando uma melhor qualidade de vida, com educação de qualidade, políticas para beneficiar a população e contribuir ainda mais com o crescimento e desenvolvimento do Município.

Conclui-se que a longevidade é a razão mais plausível para alavancar o desenvolvimento de cada Município. Todavia, é de grande importância, a valorização



da educação, uma vez que é por meio do acesso ao ensino de qualidade, juntamente com um contexto econômico e social, que se poderá criar políticas públicas e serviços destinados para a sociedade.

Destaca-se ainda, que a educação é o ponto crítico e também, o fator determinante para um melhor desenvolvimento dos Municípios, pois é por intermédio do ensino que se desenvolvem conhecimentos e habilidades, tornando o mercado de trabalho competitivo, melhorando o índice de desempenho da renda e, em consequência, promovendo o desenvolvimento social e econômico. O ensino de qualidade é o carro chefe para todo e qualquer desenvolvimento sustentável, seja de um município, de uma região, como de um país.

## REFERÊNCIAS

ALBARELLO, Cristiane Botezini. O Papel do Administrador na Gestão Pública. **Revista Administração**: Frederico Westphalen: URI, 2006. v. 5 n. 9 p. 49-71. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeadm/article/view/878/1353>>. Acesso em: 21 maio 2017.

ALVES, Lucir Reinaldo; COSTA, Eduarda da Silva Marques da. Distribuição espacial das atividades econômicas no Sul do Brasil na primeira década do século XXI: novas dinâmicas, velhas geografias em um paradigma globalizado. **Geosul**. Florianópolis, v. 28, n. 56, p 111-130, jul./dez. 2013.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Municípios pertencente à ADR de São Miguel do Oeste, SC**. 2017a. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/)>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Secretaria de Editoração e Publicações, 2016.

CARDOZO, José Eduardo Martins. Princípios constitucionais da administração pública (de acordo com a Emenda Constitucional nº 19/98). In: MORAES, Alexandre. **Os 10 anos da Constituição Federal**. São Paulo: Atlas, 1999.

CHEMIN, Beatriz Francisca. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos**: planejamento, elaboração e apresentação. Lajeado: Univates, 2012.

COIMBRA, Marcos. **Em busca do Desenvolvimento Nacional**. 2014. Disponível em: <<http://www.alertatotal.net/2014/02/em-busca-do-desenvolvimento-nacional.html>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; MIRANDA; Shirle Meira. Práticas Inovadoras e Estilo de Liderança na Gestão Pública Municipal Paraense. **Pretexto**. v. 17, n. 4, out./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/pretexto/article/view/>>

3577>. Acesso em: 21 maio 2017.

FOCHEZATTO, Adelar. Desenvolvimento regional: novas abordagens para novos paradigmas produtivos. In: CONCEIÇÃO, Octávio A. C. et al. (Org.). **O ambiente regional**. Porto Alegre: FEE, 2010. (Três décadas de economia gaúcha, 1).

LICÓRIO, Angelina Maria de Oliveira, et al. Capacitação de Servidores do Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia como Estratégia de Administração Gerencial. **Revista ENIAC Pesquisa**, Guarulhos (SP), v. 4, n. 1, p. 17-33, jan./jun. 2015. Disponível em: <[http://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/article/view/117/pdf\\_29](http://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/article/view/117/pdf_29)>. Acesso em: 21 maio 2017.

MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata. Desenvolvimento Regional: Principais Teorias. **Revista Thêma et Scientia**, v. 5, n. 2, jul./dez. 2015.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**, 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

OLIVEIRA, Fátima Bayma de; SANT'ANNA, Anderson de Souza; VAZ, Samir Lofti. Liderança no contexto da nova administração pública: uma análise sob a perspectiva de gestores públicos de Minas Gerais e Rio de Janeiro. **RAP**, Rio de Janeiro v. 44, n. 6, p.1453-1475, nov./dez. 2010.

SILVA, Adival do Carmo. **Evolução da administração pública no Brasil e tendências de novos modelos organizacionais**. Disponível em: <<http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2013/12/13/outros/27b4d512efbac7d37520bc37aa78cac1.pdf>>. Acesso em: 22 maio. 2017.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Divulgação de candidaturas e contas eleitorais**. 2017. Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>>. Acesso em: 10 fev. 2017.